

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco, Ana Maria Quiqueto., Rodrigo Gonçalves

Secretaria de Estado de Educação e Esporte do
Estado do Acre

SEE-AC

Professor do Atendimento Educacional

Especializado - P2

JN013-19



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se
você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Estado do Acre - SEE-AC

Professor do Atendimento Educacional Especializado - P2

Edital Nº001 SGA/SEE, de 31 de Dezembro de 2018

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

História do Acre - Profª Ana Maria Quiqueto

Geografia do Acre - Profª Ana Maria Quiqueto

Lei Brasileira de Inclusão - Profº Rodrigo Gonçalves

Resolução CEE/AC - Profº Rodrigo Gonçalves

Legislação - Profº Rodrigo Gonçalves

Recursos Pedagógicos - Profº Rodrigo Gonçalves

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Erica Duarte

Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Elaine Cristina

Thais Regis

Danna Silva

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados (tipologia textual; identificação de informações implícitas; identificação do tema e da tese de um texto; diferenciação das partes principais das secundárias em um texto; relações lógico-discursivas; comparação entre textos; relações entre imagens [fotos, ilustrações], gráficos, tabelas, infográficos e o corpo de um texto; distinção entre fato e opinião; reconhecimento de estratégias argumentativas; reconhecimento de posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; relações entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la).....	01
Domínio da ortografia oficial (emprego das letras; emprego da acentuação gráfica).....	16
Domínio dos mecanismos de coesão textual (emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual; emprego/correlação de tempos e modos verbais).....	23
Reescritura de frases e parágrafos do texto (substituição de palavras ou de trechos de textos).....	24

HISTÓRIA DO ACRE

O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha, a insurreição acreana e anexação do Acre ao Brasil. A chegada dos “paulistas” nas terras acreanas a partir dos anos 70 do século passado: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano.....	01
A evolução política do Acre: Território a Estado. Acre: desafios para um futuro sustentável.....	11
Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre.....	12

GEOGRAFIA DO ACRE

Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites.....	01
Municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios. 10	
Relevo, vegetação, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre. A paisagem local e sua relação com outras paisagens (semelhanças e diferenças, permanências e transformações).	14
Linguagem cartográfica: leitura de mapas.....	25
Modos de vida no campo e na cidade.	32
Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade.	39
Apropriação e transformação da natureza. Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município, no estado e no país.....	47

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Art. 27 Do Direito à Educação.....	01
--	----

RESOLUÇÃO CEE/AC

Resolução CEE/AC Nº 277/2017	01
------------------------------------	----

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências..... 01

RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA

Fascículo disponível na Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar/MEC. 01

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados (tipologia textual; identificação de informações implícitas; identificação do tema e da tese de um texto; diferenciação das partes principais das secundárias em um texto; relações lógico-discursivas; comparação entre textos; relações entre imagens [fotos, ilustrações], gráficos, tabelas, infográficos e o corpo de um texto; distinção entre fato e opinião; reconhecimento de estratégias argumentativas; reconhecimento de posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; relações entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la).....	01
Domínio da ortografia oficial (emprego das letras; emprego da acentuação gráfica).	16
Domínio dos mecanismos de coesão textual (emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual; emprego/correlação de tempos e modos verbais).....	23
Reescritura de frases e parágrafos do texto (substituição de palavras ou de trechos de textos).....	24

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS (TIPOLOGIA TEXTUAL; IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS; IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E DA TESE DE UM TEXTO; DIFERENCIAÇÃO DAS PARTES PRINCIPAIS DAS SECUNDÁRIAS EM UM TEXTO; RELAÇÕES LÓGICO-DISCURSIVAS; COMPARAÇÃO ENTRE TEXTOS; RELAÇÕES ENTRE IMAGENS [FOTOS, ILUSTRAÇÕES], GRÁFICOS, TABELAS, INFOGRÁFICOS E O CORPO DE UM TEXTO; DISTINÇÃO ENTRE FATO E OPINIÃO; RECONHECIMENTO DE ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS; RECONHECIMENTO DE POSIÇÕES DISTINTAS ENTRE DUAS OU MAIS OPINIÕES RELATIVAS AO MESMO FATO OU AO MESMO TEMA; RELAÇÕES ENTRE A TESE E OS ARGUMENTOS OFERECIDOS PARA SUSTENTÁ-LA).

Leia o texto abaixo de Franz Kafka, *O silêncio das sereias*:

Prova de que até meios insuficientes - infantis mesmo podem servir à salvação:

Para se defender da sereias, Ulisses tapou o ouvidos com cera e se fez amarrar ao mastro. Naturalmente - e desde sempre - todos os viajantes poderiam ter feito coisa semelhante, exceto aqueles a quem as sereias já atraíam à distância; mas era sabido no mundo inteiro que isso não podia ajudar em nada. O canto das sereias penetrava tudo e a paixão dos seduzidos teria rebentado mais que cadeias e mastro. Ulisses porém não pensou nisso, embora talvez tivesse ouvido coisas a esse respeito. Confiou plenamente no punhado de cera e no molho de correntes e, com alegria inocente, foi ao encontro das sereias levando seus pequenos recursos.

As sereias entretanto têm uma arma ainda mais terrível que o canto: o seu silêncio. Apesar de não ter acontecido isso, é imaginável que alguém tenha escapado ao seu canto; mas do seu silêncio certamente não. Contra o sentimento de ter vencido com as próprias forças e contra a altivez daí resultante - que tudo arrasta consigo - não há na terra o que resista.

E de fato, quando Ulisses chegou, as poderosas cantoras não cantaram, seja porque julgavam que só o silêncio poderia conseguir alguma coisa desse adversário, seja porque o ar de felicidade no rosto de Ulisses - que não pensava em outra coisa a não ser em cera e correntes - as fez esquecer de todo e qualquer canto.

Ulisses no entanto - se é que se pode exprimir assim - não ouviu o seu silêncio, acreditou que elas cantavam e que só ele estava protegido contra o perigo de escutá-las. Por um instante, viu os movimentos dos pescoços, a respiração funda, os olhos cheios de lágrimas, as bocas semiabertas, mas achou que tudo isso estava relacionado com as árias que soavam inaudíveis em torno dele. Logo, porém, tudo deslizou do seu olhar dirigido para a distância, as sereias literalmente desapareceram diante da sua determinação, e quando ele estava no ponto mais próximo delas, já não as levava em conta.

Mas elas - mais belas do que nunca - esticaram o corpo e se contorceram, deixaram o cabelo horripilante voar livre no vento e distenderam as garras sobre os rochedos. Já não queriam seduzir, desejavam apenas capturar, o mais longamente possível, o brilho do grande par de olhos de Ulisses.

Se as sereias tivessem consciência, teriam sido então aniquiladas. Mas permaneceram assim e só Ulisses escapou delas.

De resto, chegou até nós mais um apêndice. Diz-se que Ulisses era tão astucioso, uma raposa tão ladina, que mesmo a deusa do destino não conseguia devassar seu íntimo. Talvez ele tivesse realmente percebido - embora isso não possa ser captado pela razão humana - que as sereias haviam silenciado e se opôs a elas e aos deuses usando como escudo o jogo de aparências acima descrito.

(KAFKA, Franz. O silêncio das sereias. In. <http://almanaque.folha.uol.com.br/kafka2.htm>)

O que nos diz Franz Kafka a respeito do silêncio das sereias? Por que o silêncio seria mais mortal do que o seu canto?

Ler um texto é muito mais do que decodificar um código, entender seu vocabulário. Isso porque o conjunto de palavras que compõem um texto são organizados de modo a produzir uma mensagem. Há várias formas de se ler um texto. Iniciamos primeiramente pela camada mais superficial, que é justamente o início da "tradução" do vocabulário apresentado. Compreendidas as palavras, ainda nesse primeiro momento, verificamos qual tipo de texto se trata: matéria de jornal, conto, poema. Entretanto, ainda assim não lemos esse conjunto de palavras em sua plenitude, isso porque ler é, antes de mais nada, interpretar.

A palavra interpretação significa, literalmente, explicar algo para si e para o outro. E explicar, outra palavra importante numa leitura, consiste em desdobrar algo que estava dobrado. Assim sendo, podemos entender que ler um texto é interpretá-lo, e para tanto se faz necessário desdobrar suas camadas, suas palavras, até fazê-las suas, para assim chegar a uma camada mais profunda do que a inicial - a da mera "tradução" das palavras.

Um texto é sempre escrito por alguém. Um autor, quando lança as palavras num papel, faz na intenção de passar uma mensagem específica para o leitor. Muitas vezes temos dificuldades em captar qual a mensagem ele está tentando nos

dizer. Entretanto, algo é sempre importante lembrar: textos são feitos de palavras, e todas as ferramentas para se entender o texto estão no próprio texto, no modo como o autor organizou as palavras entre si.

Tudo isso pode ser resumido numa simples frase: texto é uma composição estruturada em camadas de sentido. Da mesma forma que para conhecer uma casa é preciso adentrá-la e entender sua estrutura, compreender um texto é decompô-lo, camada a camada, desde o conhecimento da autoria até o sentido final. Isso requer uma atitude ativa do leitor, e não meramente passiva.

Você já se perguntou por que em concursos públicos e vestibulares é sempre exigida interpretação textual? Pense. Não basta apenas conhecer as regras gramaticais de uma língua, também é importante entender os sentidos que essa língua pode expressar. Se não conseguimos interpretar um texto, como conseguiremos interpretar o mundo em que vivemos?

Assim sendo, ler o texto se faz da mesma forma que se lê o mundo: a partir de suas peculiaridades, ultrapassando a camada mais ingênua da vida e do texto, entendendo as *entrelinhas* da mensagem, ou seja, o que está subentendido.

Quando falamos de leitura, falamos antes de níveis de leitura, pois é a partir desse processo que alcançamos uma interpretação efetiva. Vejamos:

1 – Níveis de leitura

a) Primeiro Nível – é o mais superficial e consiste em iniciar o aprendizado dos significados das palavras. É o próprio ato de decodificação de uma língua. Nesse nível ainda não é possível realizar a interpretação de um texto, já que não se possui ainda familiaridade com os sentidos de uma palavra.

b) Segundo Nível – é o contato mais familiar com um texto, através do conhecimento de qual gênero se trata (notícia, conto, poema), do seu autor e dos benefícios que essa leitura poderia trazer. Imagine você uma livraria. Há vários exemplares para escolher. Então você analisa o título do livro, o autor, lê rapidamente a contracapa e também um trecho do livro. O segundo nível da leitura diz respeito a essa primeira familiarização com um texto.

c) Terceiro Nível – é o momento da leitura propriamente dita. O primeiro passo é entender em qual gênero se encontram as palavras. Se forem textos de ficção (como conto, romance) devemos nos atentar às falas e ações das personagens. Caso se trate de uma crônica ou texto de opinião, é importante prestar atenção no vocabulário utilizado pelo autor, pois nestes gêneros as palavras são escolhidas minuciosamente a fim de explicitar um determinado sentido. Quando se tratar de um poema, também é importante analisar o vocabulário do poeta, lembrando-se que na poesia a mensagem sempre diz mais do que parece dizer.

No momento de interpretar um texto, geralmente ultrapassamos o terceiro nível da leitura, chegando ao quarto

e quinto, quando precisamos reler o material em questão, centrando-se em partes específicas. Frente as perguntas de interpretação, cuidado com as opções muito generalizadas, estas tentam confundir o leitor, já que representam apenas leituras superficiais do assunto. Por isso mesmo, sempre muita atenção no momento da leitura, para que não caia nas famosas “pegadinhas” dos avaliadores.

2) Ideia central

Um texto sempre apresenta uma ideia central e, muitas vezes, na primeira leitura não a captamos. Assim, algumas estratégias são válidas para atingir esse propósito.

- 1) Qual o gênero textual?
- 2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
- 3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
- 4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?
- 5) Quais as palavras mais recorrentes nesse texto?

Caso você consiga responder essas perguntas certamente você terá as ferramentas necessárias para interpretar o texto.

Utilizemos como exemplo o texto de Franz Kafka citada anteriormente. Leia o texto novamente. Agora responda as questões:

- 1) Qual o gênero textual?
Trata-se de um conto, ou seja, um texto de ficção.
- 2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
Utilizando as palavras do autor: *As sereias entretanto têm uma arma ainda mais terrível que o canto: o seu silêncio*
- 3) A frase representa a ideia centra, qual é essa ideia?
O autor parece nos dizer que o silêncio é mais mortal que a própria fala, ou seja, pode ferir mais.
- 4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?
 - a) Muitos já escaparam do canto das sereias, nunca do seu silêncio;
 - b) Quando o herói Ulisses passa pelas sereias, elas não cantam, precisam de uma arma maior;
 - c) Ulisses foi mais astuto que as sereias – frente o silêncio mortal que elas lançavam, ele o ignorou, usando a mesma arma do inimigo para enfrentá-lo.

- 5) Quais as palavras mais recorrentes no texto?
Silêncio, canto, sereias, Ulisses, herói, astucioso.
Assim sendo, o texto que inicialmente parecia enigmático, após as respostas das perguntas sugeridas, parece mais claro. Ou seja, Franz Kafka se utiliza da ficção para nos dizer que a indiferença é uma arma mais mortal que o próprio enfrentamento.

Analisemos agora um poema, um dos mais conhecidos da literatura brasileira, *No meio do caminho*, de Carlos Drummond de Andrade:

No Meio do Caminho – Carlos Drummond de Andrade

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. In. <http://www.revistabula.com/391-os-dez-melhores-poemas-de-carlos-drummond-de-andrade/>)

A mensagem parece simples, mas se trata de um poema. Quando precisamos interpretar esse tipo de gênero, é essencial perceber que as palavras dizem mais do que o senso comum, por isso se faz importante interpretá-las com cuidado. Vamos às perguntas sugeridas:

1) Qual o gênero textual?
Poema

2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
Tinha uma pedra no meio do caminho

3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
Pedra no caminho é uma frase de sentido popular que significa dificuldade. O poeta parece usar uma frase banal num poema para indicar que pedra é muito mais do que pedra, é uma dificuldade.

4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?
Através da repetição da frase “tinha uma pedra no meio caminho”. Escrito diversas vezes, soa como uma lição a ser aprendida.

5) Quais as palavras mais recorrentes nesse texto?
Pedra, meio, caminho

Quando realizamos essas perguntas, paramos para refletir sobre a mensagem do texto em questão. E mais, quando precisamos interpretar um texto, após a leitura inicial, é necessário ler detalhadamente cada parte (seja parágrafo, estrofe) e assim construir passo a passo o “desdobramento” do texto.

3) Dicas importantes para uma interpretação de texto

- Faça uma leitura inicial, a fim de se familiarizar com o vocabulário e o conteúdo;
- Não interrompa a leitura caso encontre palavras desconhecidas, tente inicialmente fazer uma leitura geral;
- Faça uma nova leitura, tentando captar as entrelinhas do texto, ou seja, a intenção do autor ao escrever esse material;
- Lembre-se que no texto não estão as suas ideias, e sim as do autor, por isso cuidado para não interpretar segundo o seu ponto de vista;

- Nas questões interpretativas, atente para as alternativas generalizadoras, as que apresentam palavras como *sempre, nunca, certamente, todo, tudo*, geralmente tentem confundir aquele que realiza uma leitura mais superficial;
- Das alternativas propostas, haverá uma completamente sem sentido (para captar o leitor mais desatento) e duas mais convincentes. Para escolher a correta, procure no texto indícios que a fundamente.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desigualava-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana. Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

- a) de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- b) de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- c) de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- d) à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- e) a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

Resposta: Letra E. O ser humano tem direito a uma vida digna, adequada, para que consiga gozar de seus direitos – saúde, educação, segurança – e exercer seus deveres.

res plenamente, como prescrevem todos os direitos: (...) O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam (...).

2. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

Texto CG1A1BBB

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juizes emana do povo e em seu nome é exercido. A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

Conforme as ideias do texto CG1A1BBB,

- a) o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular.
- b) os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes.
- c) os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais.
- d) há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático.
- e) os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal.

Resposta: Letra A. A questão deve ser respondida segundo o texto: (...) "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juizes emana do povo e em seu nome é exercido (...).

3. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – SUPERIOR – CESPE – 2017 – ADAPTADA) No texto CG1A1BBB, o vocábulo 'emana' foi empregado com o sentido de

- a) trata.
- b) provém.
- c) manifesta.
- d) pertence.
- e) cabe.

Resposta: Letra B. Dentro do contexto, "emana" tem o sentido de "provém".

Características dos diversos tipos de texto (gênero): publicitários, jornalísticos, instrucionais, narrativos, poéticos, epistolares, história em quadrinhos.

É uma forma de interação social, podem ter características faladas ou escritas, tamanhos diversificados. Por meio de um objetivo gira em torno de ideias e sentidos, se expressa de forma verbal e não-verbal.

Os **Textos** estruturam-se de acordo com algumas regras, fatores e características:

Contexto – como, com quem ocorrem as formas comunicativas; dados comuns ao emissor e ao receptor. Busca representar o ouvinte e o leitor, estabelecer o lugar que ocorre a interação e quais finalidades.

Intertextualidade – é ser capaz de observar ou fazer ligações de um texto sobre outro, seja ou não do mesmo autor, porém de mesmo assunto. Quando lemos ou ouvimos um texto é necessária uma série de informações externas para um melhor entendimento do texto.

Parágrafo – um texto pode ser formado por diversos parágrafos, apresentado de acordo com o grupo de ideias. O parágrafo é composto de frases, é uma mudança de linha. Frase é expressa sentido. As frases podem ser: interrogativas, afirmativas, negativas, exclamativas e imperativas.

Fatores na construção do texto – o texto enseja coerência, trabalhar com coesão.

A **coesão** é um fator importante para a estruturação do texto, no ponto em que não se podem contradizer as outras partes do texto. Na verdade o texto deve ser coerente em um todo.

A **coesão** é uma conexão interna entre as várias partes de um texto. A melhor forma de usar esta ferramenta e dispor de forma correta o uso da gramática.

Organização dos textos – primeiro buscar uma finalidade, depois decidir sobre uma sequência. As sequências dividem-se em: narrativas, descritivas, dissertativas, instrutivas e com diálogos.

Gêneros de textos – são grupos de textos com características e formatos parecidos. Dividem-se em: textos científicos, textos de correspondência, textos instrucionais, textos jornalísticos, textos literários, textos literários com o uso de linguagem visual e verbal e textos publicitários.

Textos científicos – são divulgações científicas. Podem ser lidos em periódicos científicos, em revistas, em livros didáticos, em dicionários e enciclopédias.

Textos de correspondência – com o objetivo de outra pessoa ler ou visualizar. Podem ser divididos em: bilhete, carta, cartão-postal, e-mail e telegrama.

ÍNDICE

HISTÓRIA DO ACRE

O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha, a insurreição acreana e anexação do Acre ao Brasil. A chegada dos "paulistas" nas terras acreanas a partir dos anos 70 do século passado: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano.....	01
A evolução política do Acre: Território a Estado. Acre: desafios para um futuro sustentável.	11
Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre.....	12

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS ACREANAS, A OCUPAÇÃO INDÍGENA, A IMIGRAÇÃO NORDESTINA E A PRODUÇÃO DA BORRACHA, A INSURREIÇÃO ACREANA E ANEXAÇÃO DO ACRE AO BRASIL. A CHEGADA DOS “PAULISTAS” NAS TERRAS ACREANAS A PARTIR DOS ANOS 70 DO SÉCULO PASSADO: ÊXODO RURAL, CONFLITOS PELA TERRA E INVASÕES DO ESPAÇO URBANO

“Pré-História” e Sociedades Indígenas do Acre Contrapondo a história oficial, é fundamental ressaltarmos que o povoamento humano do Acre teve início, provavelmente, entre 20 e 10 mil anos atrás, quando grupos provenientes da Ásia chegaram a América do Sul após uma longa migração. Outro aspecto a mencionar é que a partir de 12 mil anos atrás, o clima do planeta começou a esquentar e esse fato ocasionou um aumento da umidade e expansão dos sistemas florestais. Assim, os últimos remanescentes da megafauna desapareceram devido à retração das áreas de pastagem e a expansão da floresta contribuindo para a proliferação de uma fauna terrestre de pequeno porte e da fauna aquática através do crescimento dos cursos de água que ficavam cada vez mais caudalosos. Nesse contexto ocorreram profundas mudanças climáticas e ambientais e o surgimento de novas formas de organização social, fazendo com que os seres humanos daquela época passassem a contar com recursos alimentares mais variados, em virtude do ambiente de florestas tropicais, além de, gradativamente começarem a desenvolver as primeiras experiências de domesticação de plantas e animais.

Na América Central e nos Andes, tiveram início os cultivos de milho e de outras sementes, enquanto nas terras baixas da Amazônia foram desenvolvidas as primeiras experiências do plantio de raízes – especialmente da mandioca - que se tornou a base do cardápio alimentar desses grupos. E, como parte dessas mudanças, surgiu, aproximadamente há 5 mil anos, a “Cultura de floresta tropical”, caracterizada por grupos que praticavam uma agricultura ainda incipiente complementada pela caça, pesca e coleta de frutos e sementes da floresta. Foi, também, nessa fase da organização social dos grupos humanos que estes passaram a fabricar cerâmica e a ocupar certas áreas por períodos mais prolongados. No Acre não foi diferente do resto da Amazônia e aqui se multiplicaram os grupos ceramistas horticultores. Importante destacarmos ainda que, em linhas gerais, em meados do século XIX a ocupação dos povos nativos nos altos rios Purus e Juruá correspondia a uma divisão territorial entre dois grupos linguísticos que apresentavam significativas diferenças. Segundo viajantes e exploradores como Chandless, Serafim Salgado e Silva Coutinho, no Purus havia o predomínio, mas não a exclusividade, de grupos falantes das línguas Aruan e Aruak, do mesmo tronco linguístico.

Enquanto que no vale do Juruá havia o predomínio, também não exclusivo, de grupos falantes da língua Pano. Importante considerarmos também que a divisão territorial expressa acima, por vales entre grupos linguísticos dominantes parece ter sido semelhante àquela que os arqueólogos detectaram através das tradições ceramistas Quinari e Acuriá. Todavia, além dessa divisão aparentemente simples, havia também grupos falantes da língua Katuquina nos afluentes localizados entre o médio Purus e o médio Juruá, ao norte do atual Estado do Acre, já em terras do Amazonas. Também existiam outros povos de língua Pano e Takana, ambos do mesmo tronco linguístico Pano, que se encontravam mais ao sul, no alto curso do rio Acre, no Abunã, no Xipanamú e no Madre de Deus até sua confluência com o rio Madeira. Para contextualizar os espaços ocupados pelos povos nativos, não apenas nos limites do atual Estado do Acre, mas, também de áreas circunvizinhas que integram a grande região indígena da Amazônia Sul Ocidental, podemos dizer que esses povos indígenas estavam distribuídos em cinco grandes grupos:

1. No médio curso do rio Purus, hoje Estado do Amazonas, habitavam povos de língua Aruan do tronco Aruak. Grupos poucos aguerridos eram geralmente submetidos por outros grupos mais fortes ou se refugiavam na terra firme, espalhando-se por diversos afluentes de ambas as margens do médio Purus. Dentre os grupos dessa região podemos citar os Jamamadi, os Kamadeni, além de outros já desaparecidos. Segundo recentes análises de linguísticas essa família teria uma antiguidade em torno de 2 mil anos.

2. No alto curso do rio Purus e no baixo rio Acre estavam estabelecidas diversas tribos do tronco linguístico Aruak. Subindo esses rios, do norte para o sul, habitavam os Apurinã, os Manchineri, os Kulina, os Canamari, os Piros, os Ashaninka, dentre outros. Esses grupos se espalhavam desde a confluência do Pauini com o Purus até a região das encostas orientais do Andes, desde aproximadamente 5 mil anos atrás, mantendo-se por longo tempo numa região vasta e rica ecologicamente. Há registros de que muito antes de resistir ao avanço dos homens brancos sobre suas terras, os Aruak ou Antis, já haviam resistido com sucesso à chegada dos falantes da língua Pano e a expansão das civilizações Andinas.

3. No alto curso do rio Acre, alto Iquiri, Abunã e outros afluentes do rio Madeira, em território boliviano, havia um enclave de grupos falantes de língua takana e Pano. Destes, alguns eram bastante aguerridos, como os temidos Pacaguara, outros mais sociáveis como os Kaxarari que mantinham ativo contato com os Apurinã, apesar das diferenças linguísticas e culturais entre estes dois grupos. Mesmo pertencendo ao tronco linguístico Pano, a língua Takana é de origem mais recente, tendo surgido entre 3 e 2 mil anos atrás.

4. Na região intermediária entre o médio curso do Purus e o Juruá, ao norte do Acre, habitavam os falantes da língua Katukina, sobre os quais há raras informações. Conforme alguns registros este grupo teria surgido há cerca de 2 mil anos. Eram grupos poucos numerosos que ficavam apertados entre os povos Aruak ao leste e os Pano a oeste,

restando a eles a exploração das terras firmes menos ricas em suprimentos alimentares que as margens dos grandes rios.

5. Em considerável espaço do médio e alto curso do rio Juruá, bem como a maior parte de seus afluentes – como o Tarauacá, o Muru, o Envira, o Moa e daí por diante – era dominado por diversos e numerosos grupos falantes da língua Pano. Eram os Kaxinawá, Jaminawá, Amahuaca, Arara, Rununawá, Xixinawá, dentre outras denominações tribais. Estes faziam parte de um grupo linguístico muito antigo com cerca de 5 mil anos, mas que teria se originado em outra região, invadindo só mais recentemente as terras acreanas.

Devido ao seu caráter guerreiro, os Pano conquistaram seu território através da guerra contra tribos de outras línguas, mas também contra grupos do mesmo tronco. Este fato torna explicável, em parte, a fragmentação que as muitas tribos Panos apresentavam quando finalmente os brancos começaram a chegar na região. É interessante fazer menção de que a simples divisão linguística dos grupos nativos do Acre nos últimos 5 mil anos “esconde” o caráter múltiplo de culturas indígenas e a complexa territorialidade estabelecida a partir das alianças e rivalidades tribais. Como a existente entre os Apurinã e os Manchineri, nos rios Purus e Iaco, onde foi estabelecido um amplo território despovoado que servia para evitar contatos e conflitos, tendo em vista as guerras permanentes entre esses dois grupos Aruak. Por outro lado, há, também, registros do estabelecimento de aldeias conjuntas de grupos Aruak e Pano, para resistir ao avanço das ordens religiosas pelo Vale do Ucayali a partir do século XVII. (RENARD-CASEVITZ, 1998, p. 202).

Ressaltamos também que embora os conflitos estivessem presentes durante esses milhares de anos em que as aldeias foram compostas por grandes malocas coletivas, esses povos nativos garantiram a sobrevivência do que a natureza oferecia e dessa forma podiam realizar grandes festas por ocasião das colheitas o que denota o caráter sutil do equilíbrio econômico, ecológico e social na região. No limiar do século XIX, cada grupo familiar ou tribal possuía territórios claramente definidos e os relacionamentos entre esses grupos obedeciam não só as semelhanças étnicas e culturais, mas também às alianças que foram sendo estabelecidas ao longo do tempo.

Como também as extensas redes de comércio e comunicação que cortavam os diversos vales acreanos aonde chegavam notícias e produtos de áreas longínquas. A esse respeito, Chandless, um viajante e descobridor europeu, em sua viagem ao rio Aquiri noticiou que os Apurinã comumente recebiam dos Kaxarari pedras trazidas dos rios Abunã e Madeira para fabricar lâminas de machado, enquanto que os Manchineri já possuíam diversos objetos de metal, provavelmente resultado do comércio realizado com os peruanos. Euclides da Cunha demonstrou ser possível sair do rio Javari e, utilizando a vasta rede indígena de caminhos e varações chegar ao vale do rio Madeira depois de alguns dias de viagem. Era um tempo em que desde os grupos indígenas mais fortes e numerosos que ocupavam

as várzeas dos rios até os menores grupos familiares que perambulavam pelas cabeceiras, todos possuíam liberdade e o direito à uma identidade própria.

O Encontro de Culturas e a Criação de uma Nova Sociedade Logo ao início das primeiras viagens de exploração, a partir de 1860, apesar da presença dos indígenas, o potencial de riqueza natural dos rios acreanos despertou a cobiça dos exploradores. Em 1870, teve início a corrida para a Amazônia e em poucos anos as margens dos rios acreanos tornaram-se cenários dos seringais. A demanda internacional por borracha fazia com que o látex extraído da seringueira, depois de defumado e transformado em “pêlas” fosse exportado para abastecer as indústrias europeias e norte-americanas, cada vez mais ávidas por esse produto. A partir de 1878, a empresa seringalista alcançava a boca do rio Acre subjugando todo o médio Purus e já em 1880 ultrapassava a linha Cunha Gomes, limite final das fronteiras legais brasileiras. Nesse mesmo contexto, caucheiros peruanos vindos do sudoeste cortavam a região das cabeceiras do Juruá e do Purus, enquanto que os primeiros seringalistas bolivianos começavam a se expandir pelo vale de Madre de Deus e invadiram as terras acreanas pelo sul. Frente a essas investidas, os povos nativos da região viram-se cercados por brasileiros, peruanos e bolivianos sem ter para onde fugir ou como resistir a enorme pressão que vinha do capital internacional que dependia da borracha amazônica. Para os índios inaugurou-se um novo tempo: de senhores das terras da Amazônia Sul-Occidental passaram a ser vistos como entraves a exploração da borracha e do caucho na região.

Com a penetração dos exploradores vieram também as doenças dos brancos para as quais os índios não possuíam defesas. O sarampo, a gripe, a tuberculose, dentre outras doenças que se alastravam entre os grupos indígenas da região dizimando aldeias inteiras diante dos pajés que não sabiam como curar aquelas moléstias desconhecidas. E a reação dos diferentes grupos indígenas existentes no Acre a chegada dos colonizadores foi variada como diversificadas eram as culturas presentes na região. Uma grande parte das tribos de língua Aruan e Aruak, como os Jamamadi, Apurinã, Manchineri e Ashaninka optaram por colaborar em certa medida com os brancos. Destes alguns se tornaram remadores, guias, mateiros e seringueiros.

Outras aldeias passaram a se relacionar com os seringais negociando os produtos da caça ou de sua lavoura em troca de ferramentas, armas e objetos dos brancos. Ressaltamos que grupos de língua Pano, em sua maioria, resistiram à invasão de seus territórios ancestrais, procurando evitar contatos ou relações de qualquer espécie com os não índios. A perseguição que se abateu sobre os povos nativos do Acre foi grande e certos grupos na tentativa de se proteger passaram a esconder sua identidade, como um pequeno grupo de Jaminawá que passou a se dizer Katuquina. (BRANCO SOBRINHO, 1950). O encontro das culturas foi marcado pelo confronto que se expressou de forma cruel e excludente. Entre os anos de 1880 a 1910 quando o ritmo da exploração da borracha foi intenso, o extermínio aumentou fazendo com que inúmeros grupos se extinguissem a exemplo dos Canamari que desapareceram da gran-

de floresta, ou os Takana que migraram para o sul até a Bolívia para nunca mais retornarem ao território acreano, ou ainda os Apurinã que tiveram seus vastos domínios reduzidos a ponto de não possuírem hoje nenhuma terra indígena demarcada no Estado do Acre, parte de seu território ancestral.

Além disso, é inconteste que o estabelecimento da empresa extrativista da borracha alterou as formas de organização social dos índios. Alguns pequenos grupos ainda conseguiram se refugiar nas cabeceiras mais isoladas dos rios, mas a grande maioria foi pressionada a se modificar para não desaparecer. Passaram então a adotar o modelo de casa cabocla amazônica, começaram a depender das ferramentas dos não índios e também foram perdendo suas línguas maternas e aprendendo o português ou o espanhol. Inaugurou-se para os índios do Acre o tempo do cativo (CPI, 2002, p. 65).

1. Fortuna e Decadência do 1º Ciclo da Borracha Amazônica

Neste novo contexto vivia-se o espetáculo do esplendor da economia gumífera. “Em 1878, 100% da produção mundial de borracha era brasileira. Em 1890 a participação decresceu para 90%. Entre 1895 e 1909, a Amazônia contribuiu para o consumo mundial com 443.200 toneladas. A África, a América Central e Malásia com 374.510t. Havia, portanto, um saldo para o Brasil de 68.960 toneladas” (REIS, 1941, p. 65).

No entanto esse quadro de prosperidade estava com os dias contados. Para a época era difícil imaginar que aquela euforia fosse passageira, pois a “Amazônia possuía o maior reservatório de borracha natural de que se tem notícia e, além disso, o domínio do mercado” (SOARES, 1927, p. 35). Pelo quadro abaixo de exportação brasileira de borracha, entre 1821 e 1947 fica visível a contribuição deste produto na pauta das exportações brasileiras. Por outro lado, também evidencia, a partir de 1912, a perda do apogeu da produção, voltando a reanimar-se no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Tabela 1. Exportação da borracha silvestre Amazônica (1827 – 1947).

ANO	Quant. (ε)	L/T	ANO	Quant. L/t	(ε)
1821/1830	329	67	1921	17.493	72
1831/1840	2.314	72	1922	19.855	72
1841/1850	4.693	45	1923	17.995	100
1851/1860	19.383	116	1924	21.586	90
1961/1870	37.166	116	1925	23.537	206
1871/1880	60.225	183	1926	23.263	145
1881/1890	110.048	152	1927	26.162	107
1891/1900	213.755	209	1928	18.826	76
1901	30.241	283	1929	19.861	75

ANO	Quant. (ε)	L/T	ANO	Quant. L/t	(ε)
1902	28.632	256	1930	14.138	54
1903	31.717	308	1931	12.623	32
1904	31.866	350	1932	6.224	34
1905	35.393	420	1933	9.453	43
1906	34.960	401	1934	11.150	50
1907	36.490	374	1935	12.370	50
1908	38.206	308	1936	13.247	88
1909	39.027	484	1937	14.792	90
1910	38.547	655	1938	12.064	44
1911	36.547	412	1939	11.805	63
1912	42.286	380	1946	11.838	97
1913	36.232	285	1941	10.734	126
1914	33.531	206	1942	12.204	179
1915	35.165	200	1943	14.575	191
1916	31.495	240	1944	21.192	255
1917	33.998	224	1945	18.887	270
1918	22.662	174	1946	18.159	190
1919	33.252	188	1947	14.510	186
1920	23.587	106	-	-	-

Fonte: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus: Calderaro, 1977, p. 252., apud, MARTINELLO, 2004, p. 55.

Conforme esclarece Martinello, a expansão da borracha entre 1880 e 1920 foi imensa e sua participação na economia brasileira crescente. Neste sentido, “entre os anos de 1880 e 1897 a borracha responde, em média por 11,8% da exportação total brasileira; entre 1898 e 1910, por 25,7% entre 1911 e 1913, por 20%; entre 1914 e 1918, por 12%. Este significativo volume exportado é acompanhado, também, pelos excepcionais preços internacionais do produto. Em 1840, 45 libras por tonelada; em 1850, 41 libras; em 1860, 125 libras; em 1870, 182 libras; em 1905, 512 libras, preço que perdura até 1911. Não havia, portanto, nada a temer. A riqueza da região parecia inesgotável” (MARTINELLO, 2004, p. 55-56).

No entanto essa euforia econômica não iria durar por muito tempo, pois as sementes transladadas por Wickham da Amazônia por volta de 1876, proporcionaram aos ingleses o início do cultivo de seringueiras em bases racionais em suas colônias do Oriente. E alguns anos mais tarde a produção destas desbancou a produção brasileira no cenário mundial, pois a partir de 1913, a borracha cultivada no Oriente superava a produção amazônica com quase “48.000 toneladas em quanto a brasileira decrescia para 39.560t”. O monopólio brasileiro da goma elástica estava definitivamente quebrado. A perda da supremacia brasileira da borracha foi ocasionada por vários fatores tais como: altos custos da extração do produto, que impossibilitavam a competição com as plantações do Oriente, pela inexistência de pesquisas agrônomicas em larga escala devidamente amparadas pelo setor público, pela falta de visão empresarial dos brasileiros ligados ao comércio da goma elástica, pela carência de uma mão de obra barata da região, elemento essencial ao sistema produtivo, pela insuficiência de capital financeiro aliada à distância e às condições naturais adversas da região. E, a acentuada queda nos preços internacionais da borracha fez com que ficasse cada vez mais difícil trazer nordestinos para o corte de seringa, o que por sua vez gerou a necessidade cada vez maior do aproveitamento dos índios como mão de obra, tornando comum a prática dos padrões-seringalistas de reunirem grupos dispersos de diversas etnias para trabalharem em seus seringais.

ÍNDICE

GEOGRAFIA DO ACRE

Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites.....	01
Municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios.	10
Relevo, vegetação, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre. A paisagem local e sua relação com outras paisagens (semelhanças e diferenças, permanências e transformações).	14
Linguagem cartográfica: leitura de mapas.....	25
Modos de vida no campo e na cidade.	32
Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade.	39
Apropriação e transformação da natureza. Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município, no estado e no país.....	47

ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ECOLÓGICOS DA AMAZÔNIA E DO ACRE. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ACRE. PROCESSO DE ANEXAÇÃO DO ACRE AO BRASIL: TRATADOS E LIMITES.

1. Amazônia

A Amazônia é uma imensa região natural, individualizada por elementos da natureza, como o clima, a vegetação, a hidrografia etc, que se estende por 6,5 milhões de quilômetros quadrados no norte da América do Sul.

É uma região internacional (Amazônia continental), também conhecida como Pan-Amazônia, pois ocupa parte do território de vários países: Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Essa imensa área verde representa um terço da reserva mundial de florestas latifoliadas, com clima equatorial (quente e úmido) e rica hidrografia.

Nas regiões do Peru e da Bolívia, desenvolveu-se uma das grandes civilizações pré-colombianas, cujos membros eram denominados filhos do Sol ou incas.



Uma outra forma de regionalizar o Brasil, sem ser pela regionalização oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, é a regionalização em áreas geoeconômicas, ou complexos regionais, sendo eles: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul.

O complexo regional da Amazônia é o maior territorialmente e simultaneamente o menos populoso dos três complexos. Este contraste se dá em função das vastas áreas de mata ainda preservadas na região, dificultando a ocupação pela população humana da área florestal a ser preservada.

1.1. Amazônia Legal

A Amazônia Legal é a porção localizada no território brasileiro, com quase 5 milhões de quilômetros quadrados (4.978.247 km²), uma superfície que abrange 58,4% da área total do Brasil. É a Amazônia Legal.



Foi estabelecida em 1966, pelo governo federal, com a criação da Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). A Sudam foi criada com o objetivo de incentivar a indústria e a agropecuária, criar estradas, promover o povoamento etc.

A Amazônia Legal inclui todas as formações florestais da floresta equatorial (floresta de várzea e igapó, floresta de terra firme e floresta semi-úmida) e áreas de transição para a caatinga e o cerrado.

A Amazônia Legal é formada pelos estados da região Norte (Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Tocantins), pela porção ocidental do Maranhão e Mato Grosso.

1.2. Aspectos econômicos

A economia da Amazônia apresenta um papel intermediário na economia, sendo inclusive a que mais se desenvolvia no Brasil no ano de 2009 (segundo o IBGE), apesar das dificuldades de ocupação territorial e das grandes desigualdades dentro da região. Tem como um grande destaque econômico a Zona Franca de Manaus, que produz boa parte dos produtos eletroeletrônicos, dentre outros produtos que são consumidos no Brasil.

A Zona Franca de Manaus é controlada pela SUFRAMA, órgão do Governo Federal que foi criado junto com a própria Zona Franca, visando incentivar o desenvolvimento econômico na Amazônia Ocidental. A Zona Franca de Manaus foi criada em 1967, pelo decreto-lei nº 288/67, tendo três polos diferentes. O primeiro que é o polo comercial e foi o primeiro polo de grande relevância na mesma, especialmente antes da abertura econômica do Brasil, sendo o principal canal de importação e exportação de produtos para o mercado brasileiro até os anos 1980.

Na atualidade, com uma economia aberta ao mercado internacional, o polo que sustenta a Zona Franca de Manaus é o polo industrial, que conta com diversos tipos de reduções de impostos (e até isenções em alguns casos) para as indústrias que ali se instalem.

Há ainda o polo agropecuário, voltado principalmente para a agricultura de subsistência, com excedentes vendidos na própria cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Por sua base ser a Região Norte (conforme a classificação do IBGE), ocupando todos os seus Estados (Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins) exceto

por uma pequena parte no sudeste do Tocantins, somando-se parte dos Estados do Mato Grosso e do Maranhão, o clima e demais fatores serão basicamente aqueles encontrados na região norte do Brasil. Sendo assim, é nítido o predomínio do clima equatorial e tendo como vegetação a floresta equatorial mais famosa do mundo, que é a floresta amazônica.

Mais para o extremo norte e extremo sul da região já há a mudança do clima para o tropical, no caso do extremo sul havendo a transição para a vegetação do Cerrado. No sentido Leste, adentrando o Estado do Maranhão há a presença da Mata de Cocais que é uma vegetação de transição entre a floresta amazônica e a caatinga do semiárido. A Mata de Cocais é uma região de grande diversidade de palmeiras, entre elas o açaí, a carnaúba e o babaçu, que são importantes fontes de renda para a região.

Fora da Zona Franca de Manaus, alguns destaques econômicos deste complexo regional são a produção de açaí, palmito (especialmente o do açázero), bem como a extração de outros insumos vegetais e também minerais (como a Bauxita no Estado do Pará, mineral usado para a produção do alumínio). Além disso, há um destaque para o ecoturismo na floresta amazônica.

1.3. Aspectos ambientais

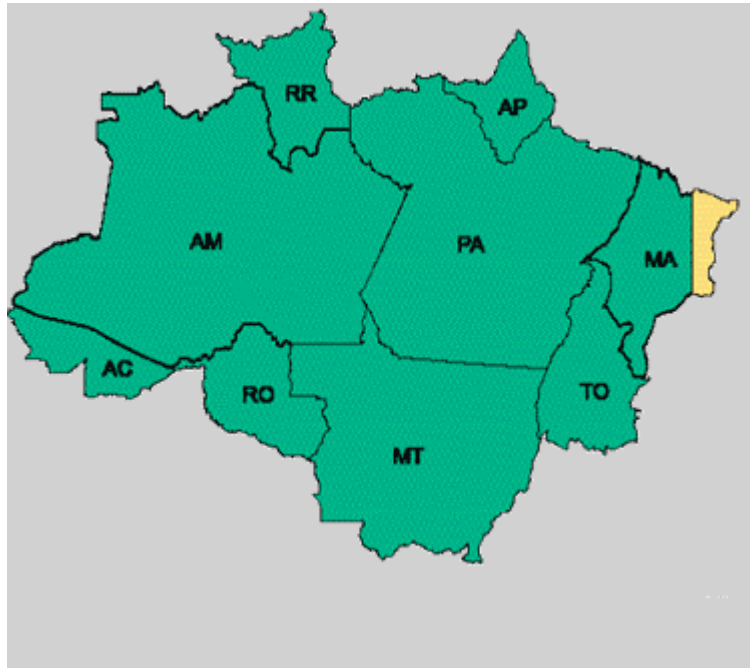
Apesar das dificuldades para a ocupação humana de boa parte deste complexo regional, devido a densidade da floresta amazônica, temos nesta área uma importante reserva estratégica, não apenas pela diversidade de vegetal, animal e mineral que pode ser extraída da região, mas também pela importância ecológica da Amazônia para todo o mundo, bem como por suas fartas reservas de água e também a diversidade cultural que existe na região, inclusive com tribos indígenas pouco conhecidas habitando o coração da floresta.

Entre os recursos hídricos, se destacam os grandes rios como o Rio Amazonas que nasce do encontro do Rio Negro e do Rio Solimões. O encontro do Rio Negro e do Rio Solimões é famoso por conta das águas que não se misturam devido a diferença nas densidades, fazendo com que o encontro de águas mantenha duas cores distintas de água correndo juntas. Os rios são abundantes na região, servindo como fonte de renda e como meio de transporte, sendo a navegação fluvial bem comum na área. Entretanto, apesar de ter até a famosa pororoca, ondas criadas no encontro das águas dos rios com as águas oceânicas, a região da Amazônia possui o menor litoral dentre as regiões brasileiras.

Toda esta diversidade tem estado ameaçada pelo desmatamento causado em função do avanço do agronegócio sobre a floresta, a grilagem de terras, a falta de um controle efetivo do governo federal sobre as fronteiras (servindo de rota para o crime organizado e para a biopirataria), dentre outros problemas que fazem com que o Brasil sofra duras críticas internacionais pelo descaso com a região que é considerada estratégica para todo o mundo.

1.4. Floresta amazônica

A floresta Amazônica possui aproximadamente 5,5 milhões de km², sendo que 60% no Brasil, e o restante (40%) na Colômbia, Equador, Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. No Brasil, a floresta é chamada de Amazônia Legal e abrange os Estados do Amazonas, Amapá, Mato Grosso, oeste do Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins.



Mapa da Amazônia Legal

A floresta Amazônica é densa e fechada, o que dificulta a sua penetração e ocupação, higrófita (adaptada a grande umidade), perenifolia (apresenta folhas verdes nas copas durante o ano todo), e latifoliada (folhas grandes e largas).

Possui grande biodiversidade (variedade de espécies animais e vegetais).

Há milhões de anos, a área onde está localizada era um mar e, por isso, ela apresenta solos geologicamente pouco férteis e arenosos. A floresta derruba seus galhos, frutos, folhas, animais morrem, etc. formando uma camada superficial de matéria orgânica que se decompõe e transforma-se em húmus que, por sua vez, alimenta a vegetação.

1.5. Ciclo de carbono

Ela se auto sustenta, pois se mantém produzindo o seu próprio alimento e criando um ciclo de carbono relativamente fechado. Por isso quando é queimada ou desmatada e se desenvolve a agricultura durante alguns anos, em grandes áreas, a dinâmica da floresta é interrompida e os nutrientes depositados são consumidos.

É necessário muito tempo para ela se recuperar ou, pior, a floresta pode entrar em um processo de degradação com processos erosivos intensos.

O ciclo de oxigênio também é algo polêmico por que alguns autores chamam a

Amazônia de pulmão do mundo, querendo dizer que ela produz muito oxigênio para o planeta todo, o que não é verdade: apesar de produzir muito oxigênio, pelo processo da fotossíntese, este é consumido à noite e pela decomposição da matéria orgânica.

A Amazônia é muito importante para o ambiente do planeta pois ela fixa o carbono da atmosfera, através do crescimento das plantas e da fotossíntese, reduzindo, assim, o efeito estufa. Ela reduz a variação da temperatura junto ao Equador, atuando como um aparelho de ar condicionado, caso a floresta não existisse a grande variação diária de temperatura poderia provocar deslocamentos intensos de vento o que mudaria o clima terrestre.

1.6. Diversidade e complexidade

Também não podemos esquecer que ela abriga um grande número de povos indígenas, sem falar em sua riqueza de matéria prima variada (remédio, minerais, alimentos, etc). Em uma análise por satélite da Amazônia, foram identificados 104 sistemas de paisagens, o que revela uma alta diversidade e complexidade de ecossistemas.

A árvores da Amazônia variam entre 40 e 300 espécies diferentes por hectare. Das 250.000 espécies de plantas superiores da terra, 170.000 (68%) vivem exclusivamente nos trópicos, sendo 90.000 na América do Sul.

Podemos dividir a floresta Amazônica em três grandes grupos:

- 1) Florestas de Igapó: ocorrem em solos que permanecem alagados durante cerca de seis meses, em áreas próximas aos rios. As árvores podem atingir até 40 metros de altura e raramente perdem as folhas - geralmente largas para captar a maior quantidade possível de luz solar. Nas águas aparecem as folhas da vitória-régia - que chegam a ter 4 metros de diâmetro. Ocorrem associadas aos rios de água branca.
- 2) Florestas de Várzea: as árvores são de grande porte (até 40 metros de altura) e apresentam características semelhantes ao igapó - embora a várzea apresente maior número de espécies. Ocorrem associadas aos rios de água preta.
- 3) Florestas de Terra Firme: apresentam grande porte, variando entre 30 e 60 metros; o dossel é contínuo e bastante fechado, tornando o interior da mata bastante úmido e escuro. Esta formação está presente nas terras altas da Amazônia e mescla-se com outros tipos de associações locais, como os campos e os cerrados amazônicos.

Fontes:

<https://www.infoescola.com>

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/amazonia-brasileira-biodiversidade-e-clima-da-floresta-amazonica.htm>

Apostila de Sétimo ano COC.Por: Renan Bardine

ACRE

O Acre é um dos menores Estados brasileiros e um dos mais isolados, por outro lado possui em seu território uma imensa riqueza natural. Diante da biodiversidade presente no Estado é importante compreender as características e as relações entre os elementos naturais, tais como relevo, clima, vegetação e hidrografia.

1. Relevo

A formação geológica e a estrutura geomorfológica do Acre:

Depressão Amazônica: refere-se a uma extensa superfície rebaixada. O relevo é composto por colinas e montanhas nas áreas próximas à fronteira com o Peru. As altitudes nas planícies atingem até 300 metros acima do nível do mar, já nas partes mais elevadas a altitude chega a 580 metros.

Planalto Rebaixado: significa desníveis nos platôs que se encontram paralelos à planície do rio Amazonas, a altitude nesse local não ultrapassa 250 metros.

Planície Amazônica: se constitui a partir de faixas que se estabelecem às margens dos principais rios do Estado, apresentam regiões alagadas, inundadas e uma grande concentração de lagos.

A partir dessas estruturas geomorfológicas são formados os principais tipos de relevo. São eles:

- Formas Erosivas – Áreas esculpidas pelo rio (erosão fluvial), com declividade em direção ao leito do rio.
- Formas de Acumulação – Correspondem às planícies fluviais, áreas que quase sempre se encontram alagadas.
- Formas de Dissecção – Esse é composto por colinas, cristas e interflúvios tabulares.

2. Clima

O clima que predomina no Acre é o amazônico equatorial, que corresponde a uma elevada temperatura e uma grande concentração de umidade, condições ideais para proliferação da biodiversidade.

Quanto à temperatura, essa pode variar entre 24,5°C e 32°C, nesse território há duas estações bem definidas, uma possui característica de grande incidência de precipitação, ou seja, estação chuvosa. Enquanto que a outra corresponde aos períodos de estiagem, ou estação seca.

A estação seca ocorre a partir do mês de maio até outubro, é nesse período que ocorre uma diminuição na temperatura, desencadeada pela influência de uma frente polar impulsionada por uma massa de ar polar atlântica.

A estação chuvosa desenvolve a partir de novembro e vai até abril, nesse período ocorre uma grande incidência de chuvas periódicas e abundantes. A umidade relativa do ar gira entorno de 80 e 90%, percentual elevado em relação aos outros lugares brasileiros, e os índices pluviométricos são de 1.600 a 2.750 mm ao ano.

3. Vegetação

A cobertura vegetal do Estado do Acre é composta basicamente por três tipos de regiões fitoecológicas:

- Domínio da Floresta Ombrófila Densa.
- Domínio da Floresta Ombrófila Aberta.
- Campinarana.

As principais tipologias florestais do Acre são:

- Floresta Aberta com bambu dominante, ocupa 9,4% de todo território acreano.
- Floresta Aberta com bambu e floresta aberta com palmeiras, abrange 26,2% do Estado.
- Floresta Aberta com palmeiras de áreas aluviais, representa 5,48% da área estadual.
- Floresta Aberta com palmeiras, ocupa 7,77% do Acre.
- Floresta Aberta com palmeiras e floresta densa, ocupa 12,12% da área.
- Floresta Densa e floresta aberta com palmeiras ocupam 7,2% da área estadual.
- Floresta Aberta com palmeiras e floresta aberta com bambu ocupa 21,02% da área.
- Floresta Aberta com bambu em área aluviais, ocupa 2,04% do território.
- Floresta Densa corresponde a 0,53% do território.
- Floresta com bambu e floresta densa, ocupa 0,36% da área estadual.
- Floresta densa submontana, corresponde a 0,47% do território acreano.

ÍNDICE

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Art. 27 Do Direito à Educação.....01

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. ART. 27 DO DIREITO À EDUCAÇÃO.

LEI Nº 13.146/2015

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DO DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do *caput* deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do *caput* deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

Resposta: Letra B. De acordo com o art. 30, IV, da Lei nº 13.146/2011, a disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (TRT-14ª Região-RO e AC – Analista Judiciário-Estatística – FCC – 2018) Claudio é pessoa com deficiência e pretende participar de processo seletivo para ingresso em curso oferecido por instituição de ensino superior. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a instituição deverá disponibilizar recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados,

- a) independentemente de prévia solicitação, e escolhidos pela própria instituição, que avaliará caso a caso de acordo com a necessidade dos candidatos.
- b) previamente solicitados e escolhidos por Claudio.
- c) previamente solicitados por Claudio, tendo em vista a necessidade de cada candidato portador de deficiência, mas escolhidos pela própria instituição.
- d) independentemente de prévia solicitação, mas escolhidos por Claudio, no dia da realização do processo seletivo.
- e) os quais independem de solicitação, bem como de qualquer escolha, vez que são disponibilizados de forma igualitária a todas as pessoas com deficiência.



HORA DE PRATICAR!

1. (TRT-15ª Região-SP – Técnico Judiciário-Área Administrativa – FCC – 2018) Claudiomir é proprietário de uma escola particular de ensino médio. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a instituição de Claudiomir, deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar,

- a) facultativamente, a adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência.
- b) obrigatoriamente, a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- c) obrigatoriamente, as pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.
- d) obrigatoriamente, a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.
- e) facultativamente, a oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

2. (EBSERH – Nível Superior-Conhecimentos Básicos-Área Médica – CESPE – 2018) Com base no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue o item a seguir. Em processos seletivos para ingresso nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior, o candidato com deficiência terá direito à disponibilização de provas em formatos acessíveis à sua necessidade, sendo vedada a concessão de dilatação de tempo para a realização de tais provas.

() CERTO () ERRADO

3. (STJ – Conhecimentos Básicos-Cargo: 1 – CESPE - 2018) Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência e na Resolução CNJ n.º 230/2016, julgue o item que se segue. As escolas da rede privada de ensino são obrigadas a promover a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, podendo, para tanto, repassar os custos adicionais para os pais nas mensalidades, com o objetivo de garantir a adaptação do aluno com deficiência.

() CERTO () ERRADO

4. (TRT-21ª Região-RN – Técnico Judiciário-Área Administrativa – FCC - 2017) Considere:

- I. Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
 - II. Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.
 - III. Planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva.
 - IV. Articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.
- Nos termos da Lei nº 13.146/2015, às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se, obrigatoriamente, o descrito em

- a) I, II, III e IV.
- b) III e IV, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e IV, apenas.

5. (TST – Analista Judiciário-Contabilidade – FCC - 2017)

Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, deve-se assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. Trata-se de dever do Estado,

- a) apenas.
- b) da família, da comunidade escolar e da sociedade.
- c) da família e da sociedade, apenas.
- d) da família e da comunidade escolar, apenas.
- e) da sociedade e da comunidade escolar, apenas.

6. (TST – TST-Analista Judiciário-Área Judiciária – FCC – 2017) Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, especificamente no que se refere ao direito à educação da pessoa com deficiência, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, dentre outros, a oferta de educação

- a) monolíngue, em Libras, em escolas e classes monolíngues e em escolas inclusivas.
- b) bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- c) bilíngue, na modalidade escrita da língua portuguesa como primeira língua e em Libras como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- d) bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade oral da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- e) bilíngue, na modalidade oral da língua portuguesa como primeira língua e em Libras como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

7. (TST – TST-Analista Judiciário-Contabilidade – FCC – 2017) Considere:

I. Disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação.

II. Dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, independentemente de prévia solicitação, sendo necessária, no entanto, a comprovação da necessidade.

III. Adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas, dentre outras, as medidas corretas descritas em

- a) II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) II e III, apenas.

8. (TRT-7ª Região-CE - Conhecimentos Básicos: Cargo 9 – CESPE – 2017) De acordo com a Lei n.º 13.146/2015, dois indivíduos que pretendam atuar como tradutores e intérpretes da LIBRAS na educação básica e em cursos de graduação e pós-graduação deverão possuir, no mínimo,

- a) nível superior, com habilitação exclusivamente em tradução e interpretação da LIBRAS para atuar em todas as áreas.
- b) ensino médio completo e certificação de proficiência na LIBRAS para atuar na graduação.
- c) ensino médio completo e certificação de proficiência na LIBRAS para atuar na educação básica.
- d) nível superior, com habilitação prioritariamente em tradução e interpretação da LIBRAS para atuar na educação básica.

9. (MPE-RO – MPE-RO-Promotor de Justiça Substituto – FMP Concursos – 2017) Em relação ao tema das pessoas com deficiência e às instituições de ensino de caráter privado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, diante da colisão entre o direito à livre iniciativa e o direito à educação inclusiva, afirma que o Poder Público não pode obrigar a escola privada à adaptação de recursos humanos e materiais.
- b) Tendo em vista os custos da adaptação da escola inclusiva, os pais da criança com deficiência devem arcar com as despesas adicionais no valor da mensalidade, de acordo com a interpretação conforme a Constituição feita pelo Supremo Tribunal Federal dos artigos 28, § 1º e 30, *caput*, da Lei nº 13.146/2015.

- c) A pluralidade e a igualdade são faces da mesma moeda, de tal modo que o ensino inclusivo em todos os níveis de educação é um direito fundamental cogente às instituições públicas e privadas.
- d) Diante da limitação da eficácia dos direitos fundamentais aos particulares, pode a escola privada transferir a matrícula do aluno com deficiência para instituição pública de ensino.
- e) Cabe à instituição de ensino de natureza privada receber a pessoa com deficiência, sendo que as adaptações necessárias poderão ser feitas gradativamente, de acordo com a sua capacidade financeira e a preponderância do interesse da maioria dos alunos e de seus responsáveis legais.

10. (IFB – Professor-Libras – IFB - 2017) No que concerne à Lei nº 13.146/2015, pode-se afirmar que:

- a) Os tradutores e intérpretes Português-Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar em salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir prioritariamente curso de graduação em pedagogia e especialização em educação de surdos.
- b) Os tradutores e intérpretes Português-Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar em salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir prioritariamente curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.
- c) Quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, os intérpretes de Libras-Língua Portuguesa devem possuir prioritariamente curso de nível superior em Tradução e Interpretação em Libras.
- d) Quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, os intérpretes de Libras-Língua Portuguesa devem possuir prioritariamente curso de nível técnico ou profissional em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa.
- e) Quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, os intérpretes de Libras-Língua Portuguesa devem possuir prioritariamente curso de graduação em pedagogia bilíngue: Libras e Língua Portuguesa escrita.

ÍNDICE

RESOLUÇÃO CEE/AC

Resolução CEE/AC Nº 277/2017	01
------------------------------------	----

RESOLUÇÃO CEE/AC Nº 277/2017

Esta Resolução CEE/AC nº 166/2013 estabelece normas para a Educação Especial, no tocante ao atendimento de pessoa com deficiência ou altas habilidades nas Escolas de Educação Básica do Estado do Acre.

Das Disposições Preliminares

A Educação Especial é uma modalidade de ensino não substitutiva à escolaridade regular que perpassa todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, como complemento ou suplemento, configurado por um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio colocados à disposição dos alunos - público alvo da Educação Especial, proporcionando-lhes diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades específicas, rompendo com a eliminação gradual e sistemática de barreiras que impeçam o acesso à escolarização por meio do Atendimento Educacional Especializado.

Das Competências

Compete aos Sistemas de Ensino Estadual e Municipais matricular todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos de aprendizagem, altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando-lhes as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que enfrentam diversas barreiras, as quais impedem sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006), caracterizando-se assim:

- a) Consideram-se alunos com deficiência física aqueles que possuem alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/2004);
- b) Consideram-se alunos com deficiência intelectual aqueles que possuem déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência, resultando em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo co-

municação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade (DSM V de 18 de maio de 2013);

c) Consideram-se alunos com deficiência visual aqueles que são cegos ou apresentam baixa visão. Constituem-se como cegos as pessoas que possuem acuidade visual menor que 0,5 (3/60 ou 20/400) no melhor dos olhos com a melhor correção óptica possível e/ou campo visual compreendendo um arco menor que 20 graus, constituindo-se como baixa visão aqueles que possuem acuidade visual entre 0,5 (3/60 ou 20/400) e 0,3 (6/18 ou 20/70) no melhor dos olhos com a melhor correção óptica possível (OMS, 1981);

d) Consideram-se alunos com deficiência auditiva aqueles que possuem perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/2004);

e) Consideram-se alunos com surdocegueira àqueles que apresentam perda substancial de audição e visão, de tal modo que a combinação das suas deficiências causa extrema dificuldade na conquista de habilidades educacionais, vocacionais, de lazer e social. (KINNEY 1977); e

f) Consideram-se alunos com deficiência múltipla aqueles que “tem mais de uma deficiência associada. É uma condição heterogênea que identifica diferentes grupos de pessoas, revelando associações diversas de deficiências que afetam, mais ou menos intensamente, o funcionamento individual e o relacionamento social” (MEC/SEESP, 2002).

Consideram-se alunos com transtornos globais do desenvolvimento aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restritos, estereotipado e repetitivo, incluindo-se aí nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (MEC/SEESP; 2008).

Consideram-se estudantes com transtornos específicos de aprendizagem aqueles que apresentam algum transtorno de funcionalidade específica (intrínsecas) do sujeito sem o comprometimento intelectual. Diz respeito a um grupo heterogêneo de alterações manifestadas por dificuldades significativas:

- a) Na aquisição e uso de audição, linguagem oral, leitura, linguagem escrita, raciocínio, habilidades, atenção e concentração;
- b) Transtorno de aprendizagem dislexia, disortografia, disgrafia e discaulia; e
- c) Transtornos do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH.

Consideram-se alunos com altas habilidades/superdotação aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade e que tenham facilidade de aprendizagem e domínio rápido dos concei-

tos, os procedimentos e as atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos, devem receber desafios suplementares e, inclusive, para concluir, em menor tempo o seu percurso de aprendizagem na respectiva série ou etapa.

A União prestará apoio técnico e financeiro aos gestores públicos de Ensino do Estado e dos Municípios, conforme o disposto no Decreto Federal nº 7.611/2011, com a finalidade de ampliar a oferta, o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Cabe ao Conselho Estadual de Educação acompanhar a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado, através das orientações para a rede de ensino e a aplicação dos atos na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Art. 5º - Face às deficiências específicas associadas à deficiência visual, devem os sistemas de ensino se organizar para oferecer nas escolas públicas e particulares as condições necessárias para o processo de alfabetização dos alunos no sistema Braille, bem como o processo de continuidade de estudos nesse código aos alunos cegos ou os que estejam em processo de perda de visão.

Face às deficiências específicas associadas à deficiência auditiva, caberá aos sistemas de ensino, proceder estudos e envidar esforços no sentido de implementar classes de educação BILINGUE-LIBRAS/ LINGUA PORTUGUESA na Educação Básica em articulação com o Centro CAP, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilingue, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. (Decreto nº 5.626/2005).

O assessoramento, acompanhamento e planejamento técnico-pedagógico da referida sala, será de responsabilidade da Coordenação do Ensino Especial com interlocução do Centro de Apoio ao Surdo.

Das Diretrizes Operacionais

O Atendimento Educacional Especializado – AEE constitui-se um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucionalmente e continuamente de forma a garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada estudante, de forma complementar e suplementar em perfeita articulação com a parte pedagógica da Educação Básica (classes comuns), cabendo ao professor da sala de recursos multifuncionais, em articulação com o professor e equipe pedagógica da escola, a elaboração, execução e acompanhamento dos serviços.

Os atendimentos do AEE devem ser orientados e acompanhados a partir das seguintes etapas:

- a) Estudo de Casos que é o método de investigação que possibilita conhecer o estudante a partir do seu contexto real, bem como as condições ambientais, sociais e pedagógicas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de subsidiar na elaboração do plano de AEE.
- b) Plano de Atendimento Educacional Especializado – AEE que consiste no planejamento de intervenções pedagógicas, elaboradas pelo professor da sala de recur-

sos multifuncionais em interlocução com o professor da sala de aula da Educação Básica (classes comuns), definindo o tipo de atendimento, os recursos educacionais e de acessibilidade que deverão ser produzidos, a frequência do aluno, dentre outros elementos desse plano, assegurando-se, assim, o atendimento de suas especificidades educacionais;

c) Sequência didática que corresponde a um conjunto de atividades planejadas com intuito de alcançar determinado objetivo didático, devidamente articulado ao Plano de AEE de maneira a potencializar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno na sala de aula;

d) Cronograma de atendimento que se constitui no registro organizado pelo professor do AEE com os dias e horários de atendimento de cada aluno, cuja duração dependerá da necessidade individual do sujeito, variando entre uma a duas horas e meia, pelo menos, dois dias na semana;

e) Caderneta de Registro diário que se constitui no documento que deve constar a frequência do aluno, o registro das atividades realizadas diariamente e o relatório do trabalho do professor do AEE;

f) Portfólio que é o registro das atividades realizadas pelo aluno na sala de recursos multifuncionais, servindo tanto como instrumento de avaliação do crescimento e desenvolvimento de aprendizagem do aluno, quanto como o elo de comunicação com os pais e/ou responsáveis; e

g) Relatório individual que corresponde a um conjunto de informações sobre a vida escolar do aluno, tendo como objetivo registrar seu desenvolvimento pedagógico nas classes de Educação Básica e na sala de recursos multifuncionais, tomando como base o estudo de caso, o Plano de AEE e as avaliações do desempenho, apresentado pelo professor de AEE nas reuniões de pais da escola.

O Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da Educação Especial se constitui em serviço obrigatório, mesmo que os pais ou responsáveis não apresentem laudo médico.

Consideram-se serviços educacionais especializados aqueles que assegurem condições de acesso ao currículo dos alunos público alvo da educação especial, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e demais serviços.

Consideram-se conteúdos programáticos do AEE: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e LIBRAS tátil; Alfabeto digital; Tadoma; Língua Portuguesa na modalidade escrita; Sistema Braille; Orientação e mobilidade; Informática acessível; Sorobã (ábaco); Estimulação visual; Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA; Desenvolvimento de Processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva.

São recursos do AEE os materiais didáticos e pedagógicos acessíveis aos alunos com deficiência: livros, desenhos, mapas, gráficos e jogos táteis, em libras, em Braille em caráter ampliado, com contraste visual, magnéticos, digi-

tais, dentre outros; Tecnologia de Informação e de Comunicação (TICS) acessíveis (mouses e acionadores, teclados com colmeias, sintetizadores de voz, linha Braille, dentre outros); e recursos ópticos; pranchas de CAA, engrossadores de lápis, ponteira de cabeça, plano inclinado, tesouras acessíveis, quadro magnético com letras imantadas, dentre outros.

Art 9 - Consideram-se público alvo ao Atendimento Educacional Especializado:

I - alunos com deficiências que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II – alunos com transtornos globais do desenvolvimento que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtornos desintegrativos da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III – alunos com Transtornos Específicos de Aprendizagem que apresentam funcionalidade específica (intrínsecas) própria do sujeito, sem o comprometimento intelectual.

Diz respeito a um conjunto de alterações e manifestações por dificuldades significativas:

a) *Na aquisição e uso da audição, linguagem oral, leitura, linguagem escrita, raciocínio, habilidades matemáticas, atenção e concentração;*

b) *Transtornos de aprendizagem – dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia; e*

c) *Transtornos do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH.*

IV - alunos com Altas habilidades/Superdotação que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade e que tenham facilidade de aprendizagem e domínio rápido dos conceitos, dos procedimentos e das atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos, devem receber desafios suplementares e, inclusive, para concluir, em menor tempo o ano/série, etapa ou nível.

A identificação desses alunos a que se refere o inciso IV será feita pelo NAAH/S-AC que foi criado com o objetivo de identificar, atender e promover o potencial de alunos que apresentem altas habilidades/ superdotação, além de oferecer formação continuada de professores e demais profissionais de educação disseminando informações acerca da superdotação.

A equipe de professores especializados no núcleo de atividades para altas habilidades/superdotação – NAAH/S realiza o processo de investigação de AH/SD dos alunos, por meio de questionários, escalas de características e observações diretas, podendo este período de tempo ser reduzido ou estendido de acordo com a necessidade de se

investigar os diferentes tipos de inteligência, habilidades acadêmicas, e habilidades não-acadêmicas que estejam sendo investigadas.

Face as condições específicas associadas à cegueira e à baixa visão, os sistemas de ensino, em articulação com o centro de apoio pedagógico para o atendimento da pessoa com deficiência, devem prover aos alunos cegos o material didático, inclusive provas, livro didático em Braille e, aos alunos com baixa visão os auxílios ópticos necessários, bem como material didático, livro didático e provas em caracteres ampliados.

O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso ao da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública e privada em instituições comunitárias, profissionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente do Estado e dos Municípios.

O Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos multifuncionais poderá ser desenvolvido:

a) Nas classes comuns, mediante atuação de professor de educação especial, de professor tradutor de LIBRAS, professor bilíngue LIBRAS – Língua Portuguesa e códigos aplicáveis e outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação; e

b) Em salas de recursos, nas quais o professor da educação especial realiza a complementação e/ou suplementação da formação dos alunos nas classes de Educação Básica, utilizando equipamentos e materiais específicos.

Os alunos com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas e particulares de Educação Básica em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

O Atendimento Educacional Especializado para estudantes com altas habilidades/superdotação se apresenta em três perspectivas:

a) **Enriquecimento Curricular:** compreende a promoção de estímulos e experiências investigativas compatíveis com os interesses e as necessidades apresentadas pelos alunos, envolvendo ações planejadas e preparadas com vistas a propiciar a troca de conhecimentos e experiências (projetos, feiras de conhecimentos de artes, cultura e música, concursos, visitas a museus, palestras e outros);

b) **Aceleração:** caracteriza-se como instrumento que oportunizará ao aluno, prosseguir num menor tempo de escolaridade etapa, nível ou modalidade da escolarização prevista, utilizando-se das formas estabelecidas no art 24 e 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; e

c) **Agrupamento:** trata-se de uma estratégia de intervenção pedagógica utilizada no processo de ensino-aprendizagem de alunos com altas habilidades/super-

dotação, realizada por áreas de interesse visando ao desenvolvimento de suas habilidades superiores e potencialidades, podendo ser realizadas tanto no âmbito escolar quanto no NAAH/S.

O Atendimento Educacional Especializado poderá também ser ofertado em classes hospitalares ou domiciliares estritamente ligadas à escola, em articulação com as coordenações de ensino da SEE e dos municípios, devendo prestar os serviços necessários, desde que o aluno apresente laudo e frequente a instituição.

Considera-se classe hospitalar o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental, obedecida à exigência da comprovação do laudo médico.

Ficam criadas sobre a responsabilidade do sistema de ensino estadual as seguintes classes hospitalares: Hospital da Criança, Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia do Acre – UNACON; Hospital de Saúde Mental do Acre – HOSMAC; e Casa de Acolhida Souza Araújo, atendendo crianças e adultos.

A responsabilidade do atendimento desses alunos nas classes hospitalares será da escola onde o aluno se encontra matriculado, devidamente articulada com a orientação da equipe de Coordenação de Educação Especial com o acompanhamento das coordenações da SEE e das Secretarias Municipais de Educação.

O atendimento pedagógico domiciliar é o atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde, conforme atestado por laudo médico, que impossibilita o aluno de frequentar a escola ou esteja ele em casas-lar e/ou outras estruturas de apoio de assistência.

O Atendimento Educacional Especializado em domicílio será ofertado a alunos público alvo da educação especial, e, ainda, aos alunos das classes comuns, matriculados regularmente em escolas da rede estadual e municipal de ensino, pública ou privada, cuja condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, atestada por laudo médico, o impossibilite a sua frequência nas classes de Educação Básica e nas classes de recursos multifuncionais.

Para fins de avaliação e registro de notas ou conceitos, caberá ao professor da classe hospitalar e/ou domiciliar, proceder da seguinte forma:

- a) Na classe hospitalar, o professor deverá participar do planejamento da escola com a equipe, a fim de ministrar o conteúdo e proceder às avaliações que deverão ser realizadas, respeitando-se a condição de saúde do aluno. Após alta médica, deverá ser enviado à escola relatório descritivo das atividades avaliativas realizadas e as dificuldades apresentadas, cuja correção deverá ser de responsabilidade do professor da escola;
- b) No atendimento pedagógico domiciliar, o aluno será avaliado conforme as avaliações realizadas na escola, onde ele se encontra matriculado, respeitando-se o seu estado físico e emocional; e

c) Deverão ser garantidos professores com formação específica para as respectivas áreas do conhecimento, respeitando as exigências legais, cabendo-lhes a responsabilidade do planejamento e a articulação dos currículos de ensino, a fim de que o aluno seja contemplado e não haja nenhum prejuízo físico e emocional, cujas avaliações, conforme cada caso, poderá ser flexível, a fim de respeitar as necessidades específicas dos alunos.

Art 13 - São objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem nas classes de Educação Básica aos alunos com deficiência e altas habilidades;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial na Educação Básica;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

IV - assegurar as condições para a continuidade dos estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino;

V - promover a interface entre os variáveis tipos de apoio para o atendimento educacional e os profissionais que atuam nas classes de educação básica, a fim de propiciar uma melhor aprendizagem;

VI - propiciar condições para que o aluno com deficiência possa construir o seu aprendizado, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe serão disponível, tornando-se agente capaz de produzir conhecimento, fazendo pensar, realizar ações em processamento, de tomar consciência de que são capazes de usar a inteligência de que dispõe; e

VII - proporcionar as condições necessárias para a reflexão e estudos teóricos acerca da educação inclusiva, articulando experiências e conhecimentos, de acordo com as necessidades e possibilidades surgidas no desenvolvimento do processo educativo, contando com o apoio e a colaboração dos centros de apoios pedagógicos especializados como CAP/AC; DOM BOSCO; CAS; NAAS/SUPERDOTAÇÃO e com as Instituições Superiores de Ensino e de pesquisa.

O Atendimento Educacional Especializado deverá ser oferecido pelos sistemas de ensino público e/ou pelas instituições privadas de caráter comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, para atuação exclusiva na Educação Especial, de acordo com o Art. 20 da LDB, Lei 9.394/1996.

As instituições conveniadas para o Atendimento Educacional Especializado deverão, obrigatoriamente e cumulativamente:

- a) Oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e Atendimento Educacional gratuito a todos os seus alunos, vedada a cobrança de qualquer tipo de taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outra cobrança;
- b) Comprovar finalidade não lucrativa, eficaz, sem excedentes financeiros, no atendimento de Creche e na

ÍNDICE

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.....01

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL, O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Esta lei dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e

VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o *caput* serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9 -A do Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

As instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos de que trata o *caput* devem ter atuação na educação especial e serem conveniadas com o Poder Executivo do ente federativo competente.

O apoio técnico e financeiro de que trata o *caput* contemplará as seguintes ações:

I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;

II - implantação de salas de recursos multifuncionais;

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;

V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, *laptops* com sintetizador de voz, *softwares* para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

O Ministério da Educação disciplinará os requisitos, as condições de participação e os procedimentos para apresentação de demandas para apoio técnico e financeiro direcionado ao atendimento educacional especializado.

O Ministério da Educação realizará o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O Decreto nº 6.253, de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9 -A. Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, será admitida a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado.

§ 1º A dupla matrícula implica o cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no atendimento educacional especializado.

§ 2º O atendimento educacional especializado aos estudantes da rede pública de ensino regular poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente, sem prejuízo do disposto no art. 14." (NR)

"Art. 14. Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas efetivadas na educação especial oferecida por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente.

§ 1º Serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas.

§ 2º O credenciamento perante o órgão competente do sistema de ensino, na forma do art. 10, inciso IV e parágrafo único, e art. 11, inciso IV, da Lei nº 9.394, de 1996, depende de aprovação de projeto pedagógico." (NR)

As despesas decorrentes da execução das disposições constantes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas ao Ministério da Educação.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (Inédita) Assinale a alternativa INCORRETA:

- Caberá à Secretaria de Educação de cada Estado estabelecer as condições de participação e os procedimentos para apresentação de demandas para apoio técnico e financeiro direcionado ao atendimento educacional especializado.
- O Ministério da Educação realizará o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, *laptops* com sintetizador de voz, *softwares* para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.
- A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Resposta: Letra A. Uma regra específica para a educação especial: o Ministério da Educação tem gestão sobre toda a administração do ensino na modalidade especial, atuando diretamente, não sendo de competência das Secretarias Estaduais ou Municipais, qualquer atividade de gestão, tão apenas aplicar as diretrizes do Ministério da Educação.



HORA DE PRATICAR!

1. (UFMA – Técnico Assuntos Educacionais – UFMA – 2016) O Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, é gratuito aos estudantes que precisam desse atendimento e deve ser oferecido de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Assim, é **CORRETO** afirmar que o **Atendimento Educacional Especializado**, no referido Decreto, compreende:

- a) Um conjunto de estratégias e atividades voltadas para o ensino de libras e braille com alunos com deficiência e transtornos globais.
- b) Um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucional e continuamente, prestados de forma complementar à formação de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento; e suplementar à formação de estudantes com altas habilidades/superdotação.
- c) Um conjunto de estratégias e técnicas inclusivas baseadas no ensino do sistema braille com autonomia no ambiente escolar.
- d) Um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos referenciados no paradigma de inclusão escolar, desenvolvidos em salas especiais com alunos com transtornos globais.
- e) Um conjunto de atividades desenvolvidas em salas multifuncionais com alunos com deficiência intelectual e referenciada no paradigma de inclusão.

2. (FUB – Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais – CESPE – 2016) À luz do Decreto n.º 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (AEE), julgue os seguintes itens. O AEE deve ser prestado à formação dos estudantes com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento, mas não à dos estudantes com altas habilidades.

() CERTO () ERRADO

3. (FUB – Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais – CESPE – 2016) À luz do Decreto n.º 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (AEE), julgue os seguintes itens. Um dos objetivos do AEE é garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.

() CERTO () ERRADO

4. (FUB – Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais – CESPE – 2016) Com base no que dispõe o Decreto n.º 7.611/2011, julgue os itens subsequentes. Cabe à União oferecer apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos estados, dos municípios e do Distrito Federal de modo a viabilizar a ampliação do atendimento educacional especializado ofertado às pessoas com deficiência.

() CERTO () ERRADO

5. (FUB – Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais – CESPE – 2016) Com base no que dispõe o Decreto n.º 7.611/2011, julgue os itens subsequentes. Entre os objetivos do atendimento educacional especializado incluem-se garantir que as ações da educação especial aconteçam de forma transversal no ensino regular.

() CERTO () ERRADO

6. (Prefeitura de Blumenau-SC – Professor Educação Especial – FURB – 2018) O Decreto 7611/11 no Artigo 3º, afirma que são objetivos do atendimento educacional especializado:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino especial e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

- a) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

7. (Prefeitura de Blumenau-SC – Professor Educação Especial – FURB – 2018) De acordo com o decreto 7611, de 17 de novembro de 2011, o atendimento educacional especializado (AEE) é compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente". São objetivos do AEE:

- a) Acolher a diversidade de todos os estudantes, ao longo do processo educativo.
- b) Oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais específicas exclusivamente dos estudantes com deficiência.
- c) Avaliar e encaminhar, sempre que necessário, os estudantes público-alvo da educação especial às instituições especializadas.
- d) Substituir a educação regular, sempre que necessário.
- e) Eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

8. (Prefeitura de Coronel Fabriciano-MG – Educador Infantil – IBGP – 2018) De acordo com o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, a educação especial, o atendimento educacional especializado e todas suas providências, têm como objetivos no atendimento educacional especializado, **EXCETO**:

- Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular.
- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.
- Assegurar as condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.
- Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino adaptado e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades coletivas dos estudantes.

9. (UFPA – Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – UFPA – 2018) De acordo com o Art. 2º do Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a:

- Eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- Eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações que existam, com a finalidade de facilitar o acesso e uso por parte das pessoas com deficiência na sociedade.
- Eliminar a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o emprego, o transporte, as comunicações, a habitação, o acesso à justiça e aos serviços policiais e às atividades políticas e de administração.
- Eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais em âmbito social, permitindo, desta forma, o respeito e a convivência com as pessoas com deficiência nos lugares urbanos.
- Eliminar a discriminação contra as pessoas com deficiência e proporcionar a sua plena integração e inserção à sociedade, bem como uma maior participação na vida em comunidade.

10. (Colégio Pedro II – Pedagogo – Colégio Pedro II – 2018) O Decreto nº 7611, de 17/11/2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento especial e dá outras providências. Em seu Art. 3º, o dispositivo legal estabelece os objetivos do atendimento educacional especializado. Um dos objetivos do Art. 3º do Decreto nº 7611, de 17/11/2011, é:

- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

- Assegurar condições de atendimento nas instituições especializadas em todos os níveis de estudo.
- Garantir a especificidade das ações da educação especial, desvinculadas do ensino regular.
- Prover condições de acesso às escolas específicas capacitadas para o ensino especial.



GABARITO

1	B
2	E
3	C
4	C
5	C
6	C
7	E
8	D
9	A
10	A

ÍNDICE

RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS E COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA

Fascículo disponível na Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar/MEC.01



#FicaDica

O êxito da política de inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino depende, em primeiro lugar, de uma mudança na concepção que temos da escola e da compreensão de que cada aluno é único e sofre continuamente um profundo processo de transformação, que o diferencia dos colegas e, no tempo, de si mesmo. Mas não é só isso: o sucesso das políticas que visam à inclusão escolar de alunos com deficiência depende também de recursos que lhes permitam compensar as limitações funcionais motoras, físicas, sensoriais ou mentais no processo de inclusão e de construção do conhecimento.

1. RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS

A escola que acolhe e tira partido das diferenças busca construir coletivamente uma pedagogia que parte das diferenças dos seus alunos como impulsionadoras de novas formas de organizar o ensino.

Atendendo a essas diferenças, os recursos pedagógicos e de acessibilidade colaboram para que pessoas com deficiência participem ativamente do processo escolar.

Os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetados para propiciar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar. Quando nos referimos aos recursos de acessibilidade na escola, estamos falando em Tecnologia Assistiva (TA) aplicada à educação, sob a forma de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento e de atuação que desenvolve serviços, recursos e estratégias que auxiliam na resolução de dificuldades funcionais das pessoas com deficiência na realização de suas tarefas.

A atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva propõe uma nova abordagem teórico-prática do ensino especial. Para exercer suas funções de acordo com os preceitos dessa nova orientação, o professor de educação especial volta-se para o conhecimento do aluno. Para isso, ele precisa desenvolver a habilidade de observar e de identificar as possíveis barreiras que limitam ou impedem o aluno de participar ativamente do processo escolar. Precisa também aprender a estabelecer parcerias que o apoiarão no atendimento a esse aluno.

O que é importante observar e registrar sobre os alunos para a identificação de necessidades, habilidades e dificuldades?

Um roteiro de perguntas pode nos ajudar na coleta de dados para selecionar o recurso adequado às necessidades do aluno.

Quem é o aluno?

Quais as principais habilidades manifestadas pelo aluno e/ou relatadas por seus familiares?

Quais as necessidades específicas deste aluno, decorrentes da deficiência ou imposta pelo ambiente escolar?

Como a família resolve os problemas decorrentes destas necessidades no ambiente familiar?

Que tipo de atendimento na área da saúde ou da educação o aluno já recebe e quais são os profissionais envolvidos neste atendimento?

Qual a impressão do professor da escola comum sobre o aluno?

Como está organizado o plano pedagógico do professor comum e quais são os objetivos educacionais e as respectivas atividades que ele propõe à sua turma?

Quais as necessidades relacionadas a recursos pedagógicos ou de acessibilidade apontadas pelos professores para atingir os objetivos propostos para o aluno?

Como é a participação do aluno nas atividades propostas à sua turma da escola comum? Ele participa das atividades integralmente, parcialmente ou não participa?

Quais barreiras existem à participação e ao aprendizado do aluno nas tarefas escolares e que poderão ser eliminadas com a utilização de recursos pedagógicos acessíveis?

Quais as condições de acessibilidade física da escola? Há rampas, banheiros adequados, sinalizações, entre outros?

Há auxílio de mobilidade para o aluno, tais como cadeira de rodas simples ou motorizadas, bengalas, corrimões nas escadas, auxílio para transferência da cadeira de rodas?

Os materiais pedagógicos são adequados? Há lápis e canetas ajustados à condição do aluno, alfabeto móvel, pranchas com letras e palavras, computador, teclados e mouses especiais, acionadores, órtese de mão funcional para escrita e digitação, ponteiras de boca ou cabeça?

Com esses dados, o professor do AEE pode descrever a situação do aluno na sala de aula e identificar suas necessidades; este é o primeiro passo para a elaboração do Plano de AEE e, conseqüentemente, para a seleção e/ou construção dos recursos necessários.

Outros pontos que devem ser observados com relação à utilização dos recursos, tanto na sala comum quanto no AEE são:

Os recursos selecionados e colocados à disposição dos alunos estão atingindo os objetivos educacionais aos quais foram propostos?

A utilização dos recursos está sendo acompanhada pelo professor do AEE, para a realização das adequações necessárias?

O aluno, usuário do recurso, está sendo ouvido com relação à funcionalidade do mesmo?

Os recursos selecionados pelo professor do AEE para solucionar as dificuldades funcionais dos alunos podem ser de alta ou baixa tecnologia.

Recursos de baixa tecnologia são os que podem ser construídos pelo professor do AEE e disponibilizados ao aluno que os utiliza na sala comum ou nos locais onde ele tiver necessidade deles.

Recursos de alta tecnologia são os adquiridos após a avaliação das necessidades do aluno, sob a indicação do professor de AEE.

Para descrever a utilização de recursos pedagógicos de acessibilidade na escola, temos de estar atentos às características do aluno, à atividade proposta pelo professor e aos objetivos educacionais pretendidos na atividade em questão.

Diversas atividades exigem dos alunos competências como leitura, escrita, produção gráfica, manifestação oral, exploração de diversos ambientes e materiais. A dificuldade do aluno com deficiência para realizar essas atividades acaba limitando ou impedindo sua participação na turma.

1.1. PRODUÇÃO ESCRITA

Aprender a ler e a escrever é desafiador para qualquer aluno.

Ao escrever, a criança estabelece novas relações com o meio, internaliza conceitos, expõe suas idéias, ressignifica seus conhecimentos a respeito da língua escrita, registra-os e comunica-os. Segurar um lápis ou uma caneta da forma convencional e conseguir enxergar o que está sendo escrito não é pré-requisito para aprender a escrever. A aprendizagem da leitura e da escrita é conceitual e não mecânica.

Muitas alternativas podem ser construídas para facilitar a preensão do lápis ou da caneta quando detectamos prejuízos na motricidade fina do aluno.



Foto 1 - Recurso que auxilia a escrita. Na imagem visualiza-se uma bola de espuma furada com um lápis encaixado neste orifício.



Foto 2 - O aluno pega o lápis especial e escreve. Uma mão segura a bola de espuma que molda-se facilmente a ela, facilitando a preensão.

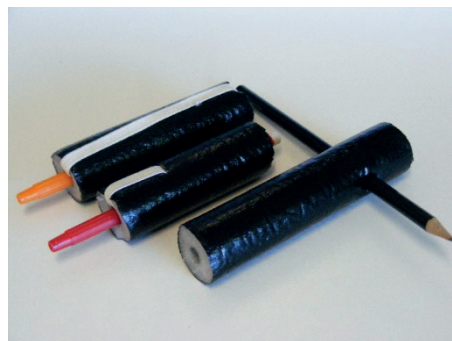


Foto 3 - Lápis e canetas engrossados. Na imagem um lápis e duas canetinhas estão engrossados com tubos de espuma, que originalmente servem para revestimento térmico de canos. Um elástico é costurado no tubo de espuma para facilitar a fixação do lápis à mão e, em um dos casos, o tubo de espuma é perfurado pelo lápis transversalmente, modificando-se assim a forma de preensão.



Foto 4 - Acessório para preensão e limitação de movimentos involuntários. Na fotografia um aluno utiliza uma pulseira imantada e uma caneta com engrossador de espuma. A folha é fixada sobre uma chapa de metal. A pulseira com ímã lhe auxilia na inibição de movimentos involuntários.

Pranchas de letras são indicadas para o aluno que escolhe, letra a letra, enquanto um colega, ou o professor realiza o registro da escrita. Quando o aluno não consegue apontar a letra, alguém faz por ele o apontamento (varredura das letras). Para escolher a letra, o aluno emite um som, pisca ou faz qualquer outro sinal que possa ser compreendido como a seleção da letra a ser escrita.

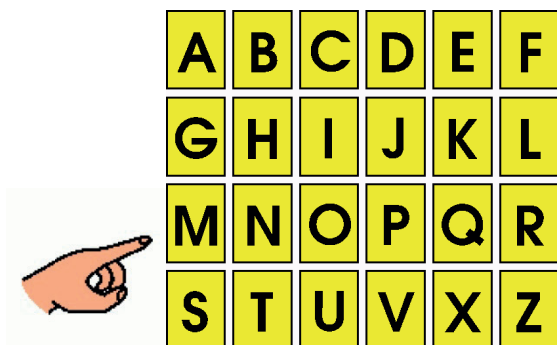


Ilustração 5 - Soleturação por apontamento de prancha de letras. Na imagem, visualiza-se uma folha de fundo amarelo com letras pretas e grandes (Prancha de letras). Ao lado está um desenho representativo de uma mão apontando. O recurso é utilizado para que o aluno possa escrever e comunicar o que deseja através do apontamento das letras na prancha.

Alfabetos móveis de vários tamanhos e materiais que possam se fixar por imã ou velcro são úteis na produção das primeiras palavras escritas.



Foto 6 - Alfabeto móvel de letras. A fotografia mostra um alfabeto móvel em cubos de madeira formando a palavra BOLA. As letras móveis são fixadas sobre uma tira de velcro, que está colada sobre uma cartolina preta. O velcro facilita a aderência e a fixação de cada letra durante a formação da palavra.

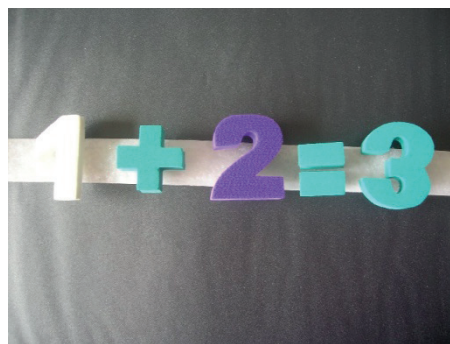


Foto 7 - Números móveis. Números emborrachados, em material EVA, são fixados sobre uma tira de velcro, colada em cartolina preta. Na foto, vê-se a representação da operação numérica $1 + 2 = 3$.

Alunos cegos aprendem a escrita Braille; para isso, utilizam a reglete, a máquina Braille e o próprio computador com impressora Braille.



Foto 8 - Menino com dez anos, cego, utilizando máquina Braille. A imagem mostra um aluno utilizando sua máquina Braille durante o AEE.

A escrita pode ser feita pelo computador através do apoio de órteses nas mãos ou utilização de teclados especiais. Existem teclados expandidos, reduzidos, programáveis de acordo com a sensibilidade e conteúdos das teclas.



Foto 9 - Teclado convencional e órtese moldável. Aluno digita em teclado convencional utilizando uma órtese. Esta órtese é moldável, ajustada e fixada à sua mão. Na ponta da órtese, local que toca as teclas, existe uma ventosa de borracha que possibilita a aderência do recurso à tecla.



Foto 10 - Teclado coberto por uma colméia de acrílico transparente. A colméia é uma placa com furação coincidente às teclas e utilizada por alunos com problemas de coordenação motora. Esse recurso tem o objetivo de eliminar ou diminuir os erros de digitação.



Foto 11 - Teclado expandido e programável em seu leiaute. Menino de 11 anos utilizando o teclado onde aparece uma atividade de matemática com numerais em tamanho ampliado, especialmente construída para resolver os problemas de baixa visão e de dificuldades motoras apresentadas pelo aluno.



Foto 12 - Teclado de tamanho reduzido com acessório de uma caneta que pode ser utilizada para facilitar a digitação. O objetivo deste teclado é possibilitar aos alunos com diminuição na amplitude de movimento e pouca força muscular a realizar atividade no computador.

O aluno pode utilizar-se de teclados virtuais; nesse caso, as letras aparecem na tela do computador e são por ele selecionadas de várias formas, dependendo de sua habilidade. O acesso às letras acontece por meio de mouses especiais ou acionadores. O acionador é uma chave que realiza o "clique do mouse" e define a escolha da letra. Existem acionadores de pressão, de tração, de piscar, de sopro, de contração muscular e outro. Com uma habilidade motora mínima, o aluno é capaz de selecionar uma letra e escrever.



Foto 13 - Mouses especiais. Sete mouses de diferentes formatos, onde o direcionamento do cursor é feito com joystick ou manuseando-se uma grande bola colocada sobre o mouse. Os botões de ativação do clique e da tecla direita são dispostos no próprio mouse.